

Sumário

Número de notícias: 16 | Número de veículos: 9

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
SERVIDOR PÚBLICO

Reforma administrativa tem de ser adotada em todas as esferas (Editorial) 3

G1 - NACIONAL - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Congresso coloca projetos em banho-maria e empurra votações para depois das eleições
..... 5

O ESTADO DE S. PAULO - METRÓPOLE
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Futebol e celular impulsionam bets entre crianças e adolescentes 8

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Mercado espera alta de 0,25 ponto na Selic 11

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Justiça determina exclusão de adicional do ICMS do PIS/Cofins 14

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

BC vê rombo R\$ 40 bi maior que a Fazenda e economistas fazem alerta 16

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Reformas estruturais não explicam subestimativas do PIB (Artigo) 17

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

TCU pode ter de arbitrar diferença entre déficits de BC e Fazenda 18

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

"Governo faz uma política fiscal "feijão com arroz" 21

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

As aparências importam - HENRIQUE MEIRELLES 24

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Brasil e EUA definem juros com expectativas opostas 25

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Dino autoriza emissão de crédito fora da meta para combate a incêndios 26

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Juro tem efeito heterogêneo sobre inflação, diz estudo 28

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Economia deve seguir em expansão no 3º tri 30

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

Taxa de juros e sua influência no cotidiano (Artigo)..... 32

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Eleições - APOSENTADOS..... 34

Reforma administrativa tem de ser adotada em todas as esferas (Editorial)

A taxa de desemprego no Brasil, no trimestre encerrado em julho, foi de 6,8%, a menor da série histórica iniciada em 2012. O setor público teve papel importante nessa estatística: bateu o recorde de funcionários, atingindo 12,69 milhões de pessoas. As contratações deram um salto no período: foram criadas 641,1 mil vagas no serviço público, a esmagadora maioria delas (90%) nos municípios, que tiveram déficit primário em 2023. O aumento de números de servidores municipais no primeiro semestre de um ano eleitoral está relacionado à legislação (gastos deste tipo não podem ser feitos no segundo semestre) e a interesses políticos de atração de eleitores. A situação financeira dos municípios, que piorou no ano passado, deve se enfraquecer ainda mais com a ampliação dos gastos com pessoal.

O avanço na ocupação do setor público foi mais modesto na União e nos Estados, avalia Bruno Imaizumi, economista da LCA Consultores e autor da pesquisa. Entre o primeiro e o segundo trimestres, eles aumentaram o número de servidores (de todos os tipos: estatutários, CLT e temporários) em 1% e 1,5%, respectivamente. A demanda seria naturalmente maior nos municípios, que somam 58,7% do contingente total de servidores da máquina pública do país, mas a proporção surpreendeu. A alta de gastos com servidores das prefeituras, interrompidas, como em todo o setor público, durante a pandemia, quando volumosos repasses de recursos exigiam como contrapartida o congelamento dos dispêndios com pessoal, foi uma constante nos últimos 14 anos (Valor, 12/9).

Segundo Bráulio Borges, também da LCA, a ampliação do efetivo de funcionários da União cresceu até 2010 para declinar nos anos seguintes, com gastos situando-se em pouco mais de 3% do PIB nos anos recentes, ante mais de 4% na primeira década do século. Desde 2010, as despesas dos Estados com esse item foram mais ou menos constantes, em torno de 4,3% do PIB. Nas prefeituras, foi diferente: cresceram de pouco menos de 3,5% do PIB para 4,3% do PIB.

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) estabelece um limite para essas despesas - 54% da receita corrente líquida - e criou uma série de alertas, inicial, prudencial e máximo, à medida que os gastos se aproximam do teto permitido. Em 2023, segundo estudo da

Confederação Nacional dos Municípios, 15% das prefeituras (764 das 4.593 da amostra) haviam passado 48,6% da RCL, 14% (ou 696) estavam no limite prudencial (acima de 51,3% da RCL) e outras 14% já tinham ultrapassado o teto das despesas com pessoal.

Os gastos com pessoal podem crescer mais no futuro, ultrapassando o limite da lei atual, se for aprovado no Senado o projeto de lei 164/12, que já passou pela Câmara dos Deputados com apenas 15 votos contrários. Ele retira das despesas com pessoal os gastos com terceirização, por exemplo, recursos pagos a ONGs, empresas, cooperativas etc. Essa brecha havia sido fechada e os dispêndios foram obrigados a constar das "outras despesas de pessoal", mas o projeto de lei os exclui do teto.

Há despesas de pessoal que crescem, como deveriam, com a ampliação dos serviços públicos - no caso dos municípios, com o progresso dos ensinos infantil e fundamental. Há também a taxa de reposição natural dos funcionários, com o aumento dos inativos por aposentadoria. Mas ainda assim o limite prudencial fixado pela LRF deveria ser respeitado, porque é flexível e razoável. Sem o controle do presente há sobrecarga do futuro. No ano passado, proporcionalmente, os gastos com aposentadoria das prefeituras cresceram mais que os de educação (14,7% e 14,3%, respectivamente) e de pessoal (13,2%). Os valores são nominais e mostram avanços bem acima da inflação (de 4,3% no ano) e até acima do crescimento da receita, de 13,4%. Em valores correntes, os gastos com a folha salarial das prefeituras aumentaram R\$ 114,3 bilhões e o déficit total chegou a R\$ 16,1 bilhões.

No entanto, os números da CNM permitem indicar que os déficits primários não são inchados primordialmente, como poderia se supor, pelas prefeituras pequenas com baixa capacidade de arrecadação, ainda que 48% delas estejam no vermelho. Do déficit total de 2023, último número disponível, 72%, ou R\$ 11,7 bilhões, foram provenientes das grandes cidades, com mais de 300 mil habitantes. Elas estão situadas não nos Estados mais pobres, mas nos mais ricos, com São Paulo, Rio, Minas e Bahia fechando 90% do total. A exceção é o Pará (rombo de R\$ 1,4 bilhão, o terceiro maior). Isso ocorreu apesar de que, nos últimos anos, aumentou a

cota do Fundo de Participação dos Municípios e dobrou de tamanho o Fundeb para os gastos com pagamento de professores e despesas educacionais.

Ainda que o excesso de funcionários públicos não seja a regra, pelas métricas internacionais, o aumento dos gastos com pagamento de salários acompanha ou ultrapassa a evolução das receitas, o que é insustentável. Como a ineficiência dos serviços públicos prestados na ponta dos municípios é a regra, não a exceção, é preciso não só conter esses gastos, como dar apoio aos municípios para que façam isso. A reforma administrativa, tarefa urgente para a União, deveria se estender a todas as cidades.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187985?page=22§ion=1>

Congresso coloca projetos em banho-maria e empurra votações para depois das eleições

Por Kevin Lima, g1 - Brasília

A partir desta semana, a Câmara e o Senado desaceleraram ainda mais os trabalhos devido às eleições municipais

Desde agosto, os calendários legislativos foram alterados para contemplar campanhas e análises de projetos

As eleições atrasaram a conclusão de propostas importantes, como as regulamentações da **reforma tributária** na Câmara e no Senado

Além das eleições, a disputa pela presidência das Casas e discussões sobre emendas também contribuíram para o cenário de pouca movimentação

O Congresso deve começar a voltar à rotina na segunda semana de outubro, após o primeiro turno das eleições

Câmara e Senado desaceleraram ainda mais os trabalhos a partir desta semana. Focados nas eleições municipais, parlamentares devem esvaziar o Congresso Nacional e retomar votações de propostas somente em outubro.

Os calendários do Legislativo têm sofrido alterações desde a largada das campanhas em agosto. O objetivo é equacionar o envolvimento dos congressistas nos pleitos e as análises de projetos.

Nas últimas semanas, as duas Casas cumpriram um calendário previamente acordado de funcionamento - presencial e semipresencial - para discutir textos ora consensuais, ora divergentes.

O cenário alterado pelas eleições afetou a conclusão da análise, na Câmara, de uma das propostas que regulamenta a **reforma tributária**, por exemplo.

No Senado, atrasou o início das discussões de outro projeto de regulamentação, já aprovado pela Câmara. Essas iniciativas são prioritárias para o governo Lula.

O encontro de congressistas com os eleitores nos municípios também influenciou e provocou adiamento da votação de outros dois projetos: o que libera os jogos de azar no Brasil e o que autoriza a venda de

cigarros eletrônicos.

Mas as eleições não são o único fator de atraso na análise de projetos.

Parlamentares citam as articulações para a disputa que vai eleger os novos presidentes das duas Casas e as discussões sobre o futuro das emendas como outros motivos do banho-maria em que colocaram diversos projetos.

O tema das emendas parlamentares mobiliza congressistas - a solução esperada para os termos do acordo fechado com o Executivo no Supremo Tribunal Federal (STF) não foi apresentada.

Além disso, passadas as eleições, a formação de alianças para a disputa aos comandos da Câmara e do Senado em 2025 vai se intensificar.

Do lado dos deputados, há uma avaliação de que siglas que tiverem bons resultados nas urnas podem ganhar mais poder de barganha e posicionar melhor os seus candidatos na busca por apoios.

Depois do esforço concentrado entre agosto e setembro, o Congresso deve retomar o funcionamento normal na segunda semana de outubro - após o primeiro turno das eleições municipais.

Na Câmara, a previsão é de que não haverá sessões até o próximo mês. Líderes partidários dizem que, caso haja necessidade, convocações extraordinárias até podem ocorrer, mas no sistema semipresencial de votação.

No Senado, entre as últimas semanas de setembro e o início de outubro, a Casa deverá ter sessões deliberativas semipresenciais, sem projetos polêmicos na pauta.

A partir de 7 de outubro, as duas Casas devem mergulhar em propostas que foram empurradas para os últimos meses de 2024.

Veja a seguir sobre o que tratam e em quais estágios estão esses projetos (click no link para seguir ao conteúdo):

O Executivo trata como prioridade a conclusão neste

ano, no Congresso, da análise dos textos que regulamentam a **reforma tributária**, promulgada no fim de 2023.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), já indicou que a Casa deve avançar, após as eleições municipais, com a primeira etapa da regulamentação.

Este projeto já foi aprovado pela Câmara e cria os guias para as cobranças dos três **impostos** sobre o consumo - IBS, CBS e Imposto Seletivo - instituídos na reforma do sistema tributário. Também estabelece alíquota zero para itens da cesta básica, como carnes.

A segunda etapa da regulamentação da reforma está parcialmente concluída na Câmara. Os deputados aprovaram, em agosto, o texto-base do projeto com regras para a gestão compartilhada entre estados e municípios do IBS, o novo imposto sobre consumo que substitui ICMS (estadual) e ISS (municipal).

Restaram as votações dos chamados destaques (sugestões de mudança no texto). A expectativa é que a votação seja concluída em outubro e o projeto siga ao Senado.

Outro tema já elencado como prioridade por governistas e que tem sido alvo de debates nas duas Casas é o projeto que regulamenta o mercado de carbono no Brasil.

Primeiro, foi o Senado, que enviou a proposta para análise da Câmara. Lá, os deputados anexaram o projeto a um outro e sugeriram a rejeição do texto dos senadores. Na sequência, apresentaram e aprovaram uma nova versão.

Enviado ao Senado, o texto aprovado pelos deputados não avançou.

Rodrigo Pacheco já entrou em campo para que a relatora da proposta no Senado, Leila Barros (PDT-DF), e o relator na Câmara, Aliel Machado (PV-PR), cheguem a um texto de consenso.

Na Câmara, líderes esperam que, em outubro, avance um projeto que cria um novo plano de renegociação da dívida de estados com a União.

Este projeto foi gestado por Rodrigo Pacheco, que tenta assegurar ao seu estado, Minas Gerais, uma alternativa ao atual regime de recuperação fiscal. O débito de Minas com a União supera R\$ 160 bilhões.

Em 8 de outubro, o Senado vai analisar a indicação do economista Gabriel Galípolo para o cargo de presidente do Banco Central.

Galípolo foi indicado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em 28 de agosto para substituir Roberto Campos Neto, que deixa o comando do BC em 31 de dezembro.

O governo tentou antecipar a análise do nome de Galípolo pelos senadores, mas não teve sucesso.

Senadores avaliam que Gabriel Galípolo não enfrentará adversidades na CAE e na votação em plenário.

Depois das eleições, lideranças do Senado avaliam que deverá entrar na pauta do plenário da Casa a proposta que libera os jogos de azar no Brasil, como bingo, jogo do bicho e cassino.

O texto já foi aprovado pela CCJ do Senado e pela Câmara dos Deputados. Falta somente a análise pelo conjunto dos senadores, no plenário principal. Se aprovado do jeito que está, o projeto seguirá para sanção do presidente Lula. O petista já disse que não vai se opor à proposta.

Avaliação semelhante foi feita para outro projeto que divide opiniões dentro e fora do Senado: o que autoriza a venda de cigarros eletrônicos, os vapes. O projeto está na CAE e sofreu sucessivos adiamentos.

O presidente do colegiado, Vanderlan Cardoso (PSD-GO), que é candidato a prefeito de Goiânia (GO), mencionou diretamente as eleições ao concordar com o relator, senador Eduardo Gomes (PL-TO), pela retirada do projeto da pauta.

A proposta deve retornar à agenda de votações da comissão após as eleições.

Na volta das eleições, a Câmara deve ter a palavra final sobre o mandato do deputado Chiquinho Brazão (sem partido-RJ), acusado de mandar matar a vereadora Marielle Franco (PSOL) e o motorista Anderson Gomes.

Nos últimos dias, foi aberto prazo para que Chiquinho Brazão, que está preso em Brasília, recorra à CCJ da Câmara contra procedimentos adotados no processo do Conselho de Ética. Em agosto, a defesa afirmou que apresentaria recurso. A expectativa é que a comissão analise o pedido em outubro.

Caso haja rejeição ao recurso, o caso seguirá ao plenário da Câmara. A decisão final pela eventual cassação caberá ao conjunto dos deputados. Para cassar o mandato, são necessários os votos de ao menos 257 deputados (maioria absoluta dos deputados) em uma votação aberta e nominal.

No retorno aos trabalhos, já na segunda semana de outubro, a CCJ da Câmara deve avançar na análise da proposta que perdoa condenações de vândalos envolvidos com os atos golpistas de 8 de janeiro de 2023.

Primeiro, o relator, deputado Rodrigo Valadares (União Brasil-SE), fará a leitura de seu parecer - que não chegou a ser realizada na última semana em razão de mobilização de parlamentares da base governista.

Finalizada a leitura e o voto, será iniciada a discussão do texto. Nessa etapa, deputados poderão pedir vista (mais tempo para análise) - o que tende a ocorrer.

Pelas regras internas da Câmara, se houver vista em 8 de outubro - data programada para a leitura do relatório -, o texto estará liberado para ser votado na semana seguinte.

Após as eleições, os senadores devem voltar a discutir a proposta que reduz o período de inelegibilidade - prazo em que políticos não podem disputar eleições - de condenados por crimes comuns e cassados.

O projeto foi aprovado pela CCJ da Casa, mas enfrentou resistência no dia em que foi pautado para votação no plenário do Senado. O relator, senador Weverton (PDT-MA), optou, então, por pedir a retirada do item da pauta. Ele sugeriu que o tema seja retomado depois das eleições.

A cinco meses do fim das gestões de Arthur Lira (PP-AL) e Rodrigo Pacheco à frente da Câmara e do Senado, respectivamente, pautas listadas por eles ao longo do último ano de mandato podem voltar à discussão no Congresso.

Lira, por exemplo, afirmou que tinha interesse em pautar projetos ligados à segurança pública, com foco em propostas de combate ao crime organizado e o tráfico de armas e drogas.

Já Pacheco tem reiterado o desejo de ver concluídas neste ano as análises:

Site:

<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2024/noticia/2024/09/16/congresso-coloca-projetos-em-banho-maria-e-empurra-votacoes-para-depois-das-eleicoes.ghtml>

Futebol e celular impulsionam bets entre crianças e adolescentes



Relatos mostram como futebol e celular potencializam problemas

RENATA CAFARDO

Um adolescente de 16 anos perdeu R\$ 4 mil apostando em jogos no seu celular, usando o cartão dos pais. A família demorou a perceber o vício nas chamadas bets porque, como quase sempre acontece, os palpites começam com valores menores. Outro jovem, de 15 anos, de uma escola de elite de São Paulo e apaixonado por futebol, achou divertido apostar a mesada com amigos e ver quem acertava mais o número de passes em um jogo. Numa escola pública, um aluno pediu Pix de R\$ 3 para a professora para jogar nas bets.

Essas são histórias reais relatadas à reportagem. Os nomes foram preservados. A proximidade com o futebol, os games e o celular fizeram com as bets entrassem no universo infantil com força que preocupa escolas, famílias e especialistas.

O maior risco é a forma como as apostas esportivas são apresentadas. A publicidade ostensiva online e offline, com influenciadores e até medalhistas olímpicos, durante o jogo de futebol, na camisa dos times, nas redes sociais, normaliza as bets e faz com que pareçam saudáveis e divertidas.

A falta de regulamentação no País, que só agora começa a ser enfrentada, também permite que o público infantojuvenil fique desprotegido. O Instituto

Jogo Legal, que representa o setor, diz que o problema está nos sites irregulares.

"Uma coisa que era do mundo adulto, concentrada em cassinos, mesa de boteco, entrou no bolso, na palma da mão, e ainda veio associada à paixão pelo futebol, promovido pela TV no jogo. É poderoso e avassalador", diz o orientador educacional da Escola da Vila Fermín Damirdjian. O colégio da zona oeste paulistana mandou este ano **comunicado** aos pais chamando atenção para o problema, depois que soube do envolvimento de alunos, e trabalha o assunto em projetos.

As pesquisas mostram ainda que crianças e adolescentes têm menor capacidade de controle de impulso e são mais suscetíveis a atividades que prometem recompensas rápidas e parecem emocionantes. Por isso, só educação financeira não resolve a questão. Na Camino School, na Barra Funda, a direção começou a discutir o problema no meio do ano porque foi avisada pelas famílias sobre casos e percebeu que os professores sabiam pouco do tema.

Agora prepara uma formação que inclua bets, como aulas para falar do vício e suas consequências. "Cai muita coisa sobre a agenda das escolas, falta tempo. Nós, como sociedade, ainda estamos despreparados para essa juventude conectada e eles, desprotegidos", diz Letícia Lyle, diretora da Camino.

NO CURRÍCULO. Na rede estadual paulista, as discussões sobre bets foram incorporadas recentemente ao material didático online, na disciplina de educação financeira no ensino médio. A preocupação com as apostas online, fenômeno recente, esbarra ainda na falta de pesquisas. Mas estudos mostraram que jovens têm mais possibilidades de se viciar em jogos de azar por imaturidade biológica e emocional.

O fato de os jogos estarem disponíveis em celulares, além de facilitar o acesso, incorpora uma camada de preocupação.

Estudos recentes também já têm relacionado o uso frequente de aparelhos e redes sociais ao vício e a problemas de saúde mental em crianças.

"SOU BOM NISSO". A mãe de um jovem de 15 anos, de uma outra escola de elite da zona oeste paulistana, diz que o filho contou orgulhoso aos pais que tinha ganho dinheiro em apostas esportivas online. "Ele veio como se fosse legal, dizendo "Sou bom nisso!", lembra. O menino usava parte da mesada em apostas - R\$ 20, R\$ 30, R\$ 50, sucessivamente - que previam quantidade de passes em jogos de futebol.

"Comecei a jogar com os amigos para ver quem ganhava mais. Você não pensa direito, tem tanta propaganda. A gente pode apostar em um jogo na Turquia, na Inglaterra ou no que passa na sua frente, parece um game", diz o garoto, corintiano fanático. Os pais tiraram o acesso do menino ao Pix, conversaram sobre o vício e informaram à escola. Depois de jogar várias vezes durante um mês, ele não mais apostou.

A professora de Matemática Meire Ribeiro, de uma escola estadual em São Vicente, no litoral paulista, diz que já notou que "saber jogar nas bets" confere "status" a certos alunos na classe. "Eles pedem para esses colegas jogarem pra eles e também pedem dinheiro emprestado", afirma.

Este mês, ela trabalhou pela primeira vez o assunto nas aulas de educação financeira - que faz parte de um itinerário formativo do ensino médio na rede - em seis salas e notou como o assunto interessa. Mas sentiu dificuldade em conseguir convencê-los dos riscos.

"São meninos pobres, que muitas vezes passam necessidade.

Veem os influenciadores e acham que vão enriquecer." **REGULAMENTAÇÃO.** Uma das referências mundiais em regulamentação é um relatório do Parlamento da Austrália de 2023. "O jogo online tem sido deliberadamente e estrategicamente comercializado juntamente com os esportes, o que o normalizou como atividade divertida, inofensiva e sociável", diz, acrescentando que isso "manipula" o público mais "impressionável e vulnerável": crianças e adolescentes.

O governo australiano ainda discute o que será tornado lei no País após recomendações do relatório, especialmente com relação à publicidade. As apostas esportivas online cresceram em muitos países a partir da Copa de 2018. No Brasil, o Ministério da Fazenda está finalizando o cadastramento das bets com novas exigências para atuarem, o que levará a cobrança de **impostos** e transferência bancárias. Estima-se que 15% do mercado seja de empresas sem registro, que permitem que apostadores joguem apenas com um número de celular. Esse mercado movimentava entre R\$ 60 bilhões e R\$ 100 bilhões no País.

O SETOR. "Criança e adolescente só vai apostar a partir de 1.º de janeiro com a convicção do pai ou responsável", diz o presidente do Instituto Jogo Legal, que representa o setor, Magnho José. Para ele, o problema são bets ilegais que não exigem CPF e data de nascimento do jogador. No entanto, a reportagem ouviu relatos de adolescentes que jogaram em plataformas de apostas burlando sistemas de registro.

Em junho, o Instituto Alana fez denúncia ao Ministério Público de São Paulo porque encontrou dez perfis de influenciadores mirins, entre 6 e 17 anos, que fazem propaganda de sites de apostas. Segundo a entidade, os perfis ainda estão ativos. Procurada, a Meta afirmou que suas políticas "não permitem conteúdos potencialmente voltados a menores de 18 anos que tentem promover jogos online envolvendo valores monetários" e disse remover posts.

MENINOS MAIS EXPOSTOS. Resolução do Conselho Nacional de Autorregulação Publicitária (Conar), de fevereiro, diz que anúncios de apostas online precisam indicar que a atividade é restrita. Afirma também que a propaganda só pode ser feita por "influenciadores que tenham adultos como seu público-alvo".

Magnho José diz que as bets seguem as regras de publicidade.

"O problema não é o jogo.

São esses influenciadores que passam mensagem de que você vai ficar rico. O jogo é entretenimento e nada mais." Para a coordenadora do eixo digital do Instituto Alana, Maria Mello, as regras não são suficientes.

Ela se preocupa especialmente com meninos, pela forte ligação com o futebol, além da falta de controle efetivo das plataformas de apostas para verificação etária. "É preciso ação mais sistêmica."

*

O que diz o setor

"Criança e adolescente só vai apostar a partir de 1º de janeiro com convicção do pai ou responsável"

*

"O tempo todo, nas redes sociais, eles estão expostos a histórias de pessoas que teoricamente tiveram sucesso, sendo muito jovens, dizendo que ganharam dinheiro. Eles começam a acreditar que é comum. A bet aparece assim na vida dele, ajudando a chegar a um lugar sem muito esforço"

Gustavo Estanislau Psiquiatra e pesquisador do Instituto Ame Sua Mente

**

"É como ganhar na loteria: 1 em 50 mi.

Ninguém deixa de apostar por isso"

A educação financeira ajuda, mas não é suficiente para afastar crianças e adolescentes do vício nas bets. É o que dizem os próprios especialistas.

"Há uma pressão grande de influenciadores, o futebol, a facilidade, o hábito de usar celular, e ainda a ilusão de gratificação imediata. O caminho está aberto demais", diz a doutora em psicologia econômica, consultora e membro do comitê de pesquisa da International Network for Financial Education da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Vera Rita de Mello Ferreira. "Educação financeira não é a salvação da lavoura." Ela explica que, sim, é preciso educar crianças e jovens a usar conscientemente o dinheiro porque são hábitos mais fáceis de serem trabalhados cedo. No caso dos jogos de azar, porém, é preciso "bombardear" com informações sobre pessoas que se endividaram e de como eles são estruturados para que, sempre, se perca mais do que se ganhe.

De acordo com a especialista, as políticas públicas precisam olhar para questões de psicologia, do comportamento, de regulamentação, de proteção do consumidor e também de como é feita a arquitetura para atrair a população de todas as idades para as apostas.

Caso contrário, só informação não resolve. "É como o bilhete da loteria que está escrito atrás a chance de ganhar: 1 em 50 milhões. Ninguém deixa de apostar por isso." As ciências do comportamento mostram como o cérebro vai em busca de recompensas intermitentes, como nos mecanismos de apostas, em que ganhos são intercalados com perdas. No caso das crianças, diz Vera, há ainda o fato de que elas entendem o jogo como brincadeira e não compreendem o valor real do dinheiro.

"Tem ainda o efeito de manada: "todo mundo joga na escola e não quero ficar de fora". E o desafio de aprender a fazer aquilo, é como aprender a amarrar sapato, ele quer saber os macetes", completa.

Para Vera, uma das soluções seria grandes campanhas com "marketing de sinal trocado" mostrando histórias de pessoas que tiveram muitos problemas com o jogo. "É preciso juntar forças, famílias e escolas, com regulamentação, trabalho com

influenciadores, com adolescentes que são considerados líderes." E O GOVERNO? Em nota, o Ministério da Educação diz que a educação financeira faz parte da Base Nacional Comum Curricular.

Já a pasta da Saúde informou que tem ampliado o atendimento a pessoas com problemas de saúde mental, incluindo o jogo patológico para crianças e adolescentes.

O fracasso como resposta

Uma das soluções seria grandes campanhas com marketing de sinal trocado, com histórias de perdas

*

DICAS PARA FALAR COM O FILHO

Para Gustavo Estanislau, psiquiatra da infância e da adolescência, as famílias devem ter cuidado com o tom para abordar o problema. "Tem mãe e pai com discurso alarmista para tudo. Aí as bets vão entrar em mais um grupo de coisas que os pais trazem", afirma. "Nesses casos, as crianças começam a desenvolver senso de alarme para tudo ou passam a bater de frente."

Veja dicas de especialistas:

I Compartilhe relatos ou histórias de quem teve problemas com apostas, como perdeu muito dinheiro, vício ou efeitos na saúde mental;

I Não trate as apostas como algo divertido;

I Não discuta pretensas habilidades para se conseguir ganhar mais facilmente;

I Fique atento à cultura de apostas de adultos dentro da família, isso também leva a uma naturalização do tema;

I Fale de riscos, mas com equilíbrio e bom senso. Ser alarmista com tudo pode fazer a criança ter medo de tudo ou, por outro lado, querer testar os pais;

I Discuta sobre educação financeira e fale do valor do dinheiro, de como ele é ganho e da importância de se poupar o futuro;

I Acompanhe de perto as atividades das crianças e dos adolescentes em celulares e redes sociais.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Mercado espera alta de 0,25 ponto na Selic

» ROSANA HESSEL

A semana começa com a expectativa de mais uma "superquarta", devido à coincidência de decisões dos comitês de política monetária dos bancos centrais do Brasil (Copom) e dos Estados Unidos (Fomc).

As reuniões ocorrem em dois dias, 17 e 18 próximos e, curiosamente, o consenso entre os analistas do mercado é de movimentos contrários entre o BC brasileiro e o Federal Reserve (Fed, banco central norte-americano). Nos EUA, a perspectiva é de queda nos juros, provavelmente de 0,25 ponto percentual, como tem sinalizado o presidente do Fed, Jerome Powell, nas últimas declarações.

Por aqui, analistas ouvidos pelo Correio confirmam o consenso de um novo ciclo de aperto monetário e esperam alta de 0,25 ponto percentual na taxa básica da economia (Selic), atualmente em 10,50% ao ano, em mais uma decisão unânime, a fim de evitar maiores ruídos no mercado.

Especialistas dão como praticamente certo o aumento, especialmente depois do avanço de 1,4% no Produto Interno Bruto (**PIB**) no segundo trimestre deste ano, acima das projeções do mercado e do governo.

O consumo do governo e das famílias acima das expectativas são apontados como os principais vetores para esse aquecimento da atividade e são alguns dos principais fatores que confirmam as pressões inflacionárias que fazem o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fique próximo do teto da meta, de 4,50% no fim deste ano, podendo até estourar esse limite neste ano em algumas projeções.

Roberto Padovani, economista- chefe do Banco BV, ressaltou que não há dúvidas no mercado de que, no próximo Copom, será dado início a um novo ciclo de alta dos juros básicos. "A alta dos juros é certa. O debate no mercado está sendo em relação ao tamanho do ciclo e do ritmo, que são discussões ligadas. Mas o início do processo, normalmente, é com cautela", explicou. As apostas quanto ao patamar dos juros que o BC deverá considerar como o fim do ciclo variam entre 11,75% e 12,50% ao ano.

Padovani ressaltou que o crescimento do **PIB** tem ficado acima do potencial, gerando pressões inflacionárias, o que acende o alerta do BC para aumentar os juros.

"O que está ficando claro para todos os economistas é que esse ritmo de crescimento da casa de 3% não é sustentável. Todas as estimativas sugerem que a capacidade de o **PIB** brasileiro crescer esteja mais próxima de 2%", comentou.

Serviços O economista do Banco BV ressaltou que os dados recentes do IPCA - que recuou 0,02% em agosto - mostram que, apesar da recente queda nos preços dos alimentos, a **inflação** de serviços tem feito o indicador oscilar perto do teto da meta, e, "como ninguém sabe exatamente até onde o BC vai ter que subir juros, ele deve ir testando esses níveis". Padovani prevê um ciclo de aperto monetário alto. "O viés é para que seja de até dois pontos percentuais. E, se for esse o ciclo, o BC pode até aumentar o ritmo para fazer mais rápido", avaliou.

De acordo com Fabio Romão, economista senior da LCA Consultores, a equipe da consultoria prevê que a Selic chegue a 12% em janeiro. Ele atribui a previsão à possível aceleração do IPCA, depois do recuo do mês passado e revisou de 0,46% para 0,51% a estimativa de alta do índice neste mês. Entre os motivos destacam se o retorno da bandeira tarifária para vermelha patamar 1 na conta de luz, bem como "os primeiros efeitos da recente estiagem na formação de preços de alguns itens de Alimentação e bebidas." Motivos de sobra Eduardo Velho, economista- chefe da JF Trust Gestora de Recursos, acredita que o Banco Central já deveria ter começado a aumentar os juros. "O BC tem motivos de sobra para elevar a Selic", frisou. "O crescimento econômico está acima do potencial, o desemprego está mais baixo e há crescimento real (acima da **inflação**) dos salários. Além disso, a **inflação** projetada está cada vez maior, e ela é justamente o foco do Banco Central", enumerou.

Ele lembrou que o instrumento da política monetária é o aumento de juros, especialmente quando há o risco de descumprimento da meta de **inflação**. E, para ele, "é certeza de que, neste ano, a meta de **inflação** vai ser descumprida e o risco de estouro da meta no ano que vem está aumentando". Pelas projeções de Velho, a **inflação** oficial seguirá acima da meta até 2025, sendo que chegará a 5,04% no acumulado em 12 meses até dezembro deste ano, uma vez que o dólar tem permanecido elevado por um período mais longo.

Meta Conforme as projeções do Itaú Unibanco, considerando o modelo utilizado pelo Copom, com o câmbio em R\$ 5,60 e a deterioração de expectativas

12 meses à frente desde a última reunião, a projeção de **inflação** para o "horizonte relevante" (ou seja, até 2026, como tem observado o Copom) segue acima da meta, em 3,4%. Logo, com tal projeção, a taxa de juros necessária para trazer o IPCA de volta ao centro da meta, de 3%, seria de, pelo menos, 12%. Nesse contexto, segundo a equipe de economistas do banco, o ciclo de juros será de 150 pontos-base, o que fará a Selic chegar a 12% ao ano no primeiro semestre de 2025. "A manutenção dos juros em patamar contracionista deve resultar numa desaceleração da atividade econômica, além de alguma apreciação da taxa de câmbio, permitindo cortes de juros a partir da segunda metade do ano", informou o relatório do Itaú divulgado na sexta-feira. A instituição ainda projeta a taxa Selic em 11% no fim de 2025.

Mario Mesquita, economista-chefe do Itaú Unibanco, reconheceu que, com o câmbio mais pressionado, a vida do Banco Central "está mais complicada", especialmente, em um cenário em que a economia está mais aquecida. Em conversa com jornalistas, na semana passada, ele destacou que a questão fiscal ainda é um dos principais fatores de preocupação do mercado para que o Copom volte a subir os juros, pois o governo depende de um grande volume de receitas extraordinárias para cumprir a meta fiscal deste ano, sem fazer ajustes do lado do gasto. "A chance de cumprimento da meta fiscal neste ano aumentou, porque o governo está contando com receitas extras que não devem se repetir em 2025 e, por conta disso, a nossa previsão é de piora no quadro fiscal no próximo ano", acrescentou o especialista em contas públicas do Itaú Unibanco, Pedro Schneider. "A atividade econômica mais forte ajuda no lado da arrecadação também, mas o que preocupa é o lado da despesa, que continua a crescer e o governo gastou tempo e capital político na discussão de aumento da carga tributária em um país que já tem um peso elevado dos **impostos** em relação ao **PIB**. E se tem uma agenda para o governo olhar com mais carinho é o controle da despesa", acrescentou.

Mario Mesquita fez coro com Schneider e lembrou que a despesa do governo segue em torno de 19% do **PIB**, ou mais, e, para o governo fazer frente a esse gasto precisará de uma receita líquida de 20,5% a 21% do **PIB**, patamar que só ocorreu quando houve a capitalização da Petrobras, pois, normalmente, esse percentual "sempre foi abaixo de 19% do **PIB**". "O governo vai empilhando programas sociais sem checar a sua eficácia em vez de manter o atendimento com menos custo", disse o economista-chefe do Itaú.

Logo, com a piora inevitável do quadro fiscal em 2025, a dívida pública bruta chegará a 81% do **PIB**, pelas projeções do banco.

"Ainda temos uma carga tributária elevada para o nível de renda da população e o nível de gastos não é compatível para o nível da dívida pública", alertou Schneider.

*

Três perguntas para - ANTONIO CORRÊA DE LACERDA, economista e ex-presidente do Conselho Federal de Economia (Cofecon)

O mercado está prevendo alta nos juros novamente. Qual o impacto desses juros mais altos na economia?

Juro mais elevado ainda vai prejudicar o crescimento econômico, aumenta o custo de rolagem da dívida pública e provocar valorização artificial da taxa de câmbio, o que desfavorece retomada industrial e exportações de manufaturados.

O BC antecipou a queda dos juros e agora está antecipando um novo ciclo de alta?

Não vejo que o BCB tenha antecipado a queda da taxa de juros, mas seguido a tendência da **inflação** em queda. Tanto é que o juro real (Selic x expectativa da **inflação** para os próximos 12 meses) permaneceu sempre acima de 6% ao ano, uma das mais elevadas do mundo. A pressão por elevação dos juros, agora, carece de fundamentos.

As pressões decorrentes da crise climática e outras não são de demanda. Além disso, há uma clara perspectiva de queda no juro norte-americano.

Aliás, o Banco Central já cometeu esse mesmo erro entre o fim de 2008 e o início de 2009, quando o mundo diminuía juros com a crise subprime e o Brasil os aumentava, importando, com isso, uma crise maior do que seria com juros ajustados.

Como o senhor avalia a atual política monetária? O governo tem atrapalhado ao insistir nessa política fiscal expansionista?

Não julgo a política fiscal expansionista, mas fomentadora da atividade econômica. Os riscos de eventual desequilíbrio entre oferta e demanda estão amenizados pela recente elevação dos investimentos, a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF).

Uma eventual alta dos juros também abortaria esse tênue movimento de elevação de investimentos.

Site:

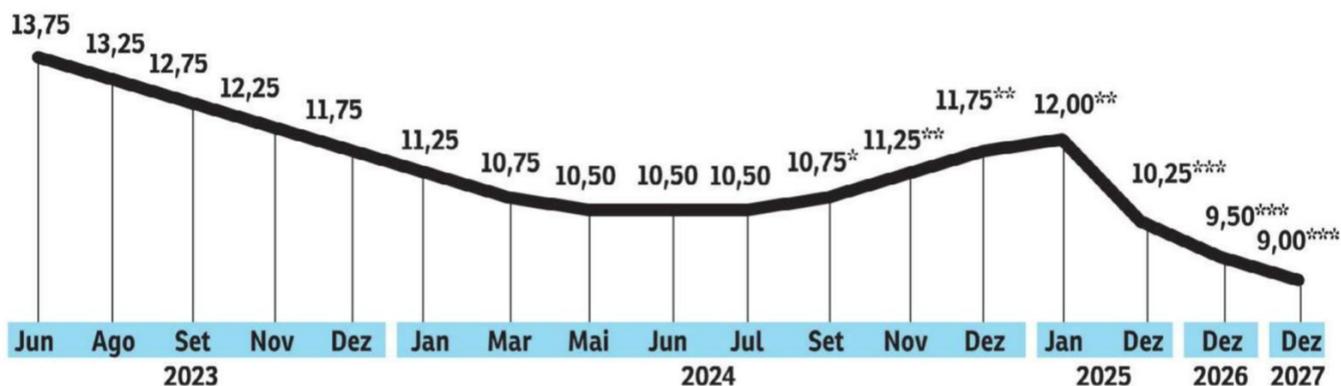
<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6419/16-09-2024.html?all=1>

Novo ciclo

Após surpresas positivas da atividade econômica, o consenso do mercado é de um início de alta gradual dos juros na próxima reunião do Copom

EVOLUÇÃO DOS JUROS BÁSICOS

Taxa Selic — Em % ao ano



*consenso do mercado para novo ciclo de alta da Selic

**projeções da LCA Consultores, que prevê aceleração da inflação

***mediana das projeções do mercado no boletim Focus, do Banco Central, publicado na última segunda-feira 9/9

DILEMA INFLACIONÁRIO

A missão do BC é combater a inflação, mas as pressões nos preços seguem fortes e as estimativas são revisadas semanalmente para cima e algumas já ultrapassam o teto da meta, de 4,50%

Projeções para o IPCA* — Em %

Instituição	2024	2025
JF Trust	5,04	4,32
MB Associados	4,50	4,00
LCA Consultores	4,40	4,00
G5 Partners	4,40	4,00
XP Investimentos	4,40	4,0
Banco BV	4,30	3,50
Focus/mediana	4,30	3,92
SPE/Ministério da Fazenda	4,25	3,40
Itaú Unibanco	4,20	4,10

*Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), indicador da inflação oficial que, no acumulado em 12 meses até agosto registrou alta de 4,24%

3%

centro da meta de inflação determinada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), com limite superior de 4,50%

Fontes: Banco Central, Ministério da Fazenda, instituições financeiras e consultorias

Justiça determina exclusão de adicional do ICMS do PIS/Cofins

Marcela Villar De São Paulo

A Justiça tem dado razão aos contribuintes e determinado a exclusão do adicional de ICMS destinado a fundos estaduais de combate e erradicação da pobreza da base de cálculo do PIS e da Cofins. Duas sentenças recentes, uma de juiz de Fora, em Minas Gerais, e outra de Macaé, no Rio de Janeiro, afastaram o entendimento manifestado pela **Receita Federal** por meio da Solução de Consulta da Coordenação-Geral de Tributação (Cosit) nº 61/2024.

Com a norma, que deve ser seguida por todos os auditores fiscais do país, o órgão buscava restringir o alcance da "tese do século", que excluiu o ICMS da base do PIS/Cofins (Tema 69 do Supremo Tribunal Federal). O aumento da carga tributária com a inclusão do adicional no cálculo das contribuições sociais é da ordem de 10% a 20%, segundo tributaristas.

Advogados entendem que não se trata nem de "tese filhote", mas da própria tese do século, porque esse adicional têm a mesma natureza do ICMS. Já a União entende que os valores enviados aos fundos têm efeito "cascata", são cumulativos, além de possuírem vinculação específica e não precisarem ser repartidos com os municípios.

Esses fundos, conhecidos como FECP ou Fecop, foram criados pela Emenda Constitucional nº 31/2000 e depois regulamentados por alguns Estados. O percentual cobrado varia de 1% a 4% e é exigido em quase todos os produtos.

No Rio de Janeiro, onde foi dada uma das sentenças, foi regulamentado pela Lei nº 4.045/2002. Ele serve, por exemplo, para custear transporte para alunos do ensino médio de escolas públicas e manter centros de reabilitação para dependentes de bebidas alcoólicas, dentre outros.

A decisão fluminense, proferida pela da 1ª Vara Federal de Macaé (RJ), beneficia a Fusão Offshore, que fornece mangueiras e outros produtos e serviços para a indústria. A economia tributária com a exclusão do adicional, de acordo com o tributarista Roberto Cecotto, sócio do escritório Fadei Advogados, que defende a empresa, é de R\$ 2 milhões mensais.

O que motivou a ida da empresa ao judiciário, afirma o advogado, foi justamente a solução de consulta da **Receita Federal**, publicada em março deste ano. Antes, não havia discussões sobre o assunto, tampouco jurisprudência, acrescenta, porque o contribuinte não tinha dúvida de que o adicional deveria ser excluído.

"É um adicional do imposto [ICMS], então nunca foi necessário brigar pela exclusão. Por decorrência lógica, ele nunca foi tratado de forma segregada do ICMS", afirma Roberto Cecotto.

Foi localizado apenas um acórdão de 2022 do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2) sobre o tema. A decisão, porém, é mais abrangente, permitindo não só a exclusão do adicional, mas também do Difal (diferencial de alíquotas) do ICMS do cálculo do PIS/Cofins, com base no Tema 69 do Supremo (processo nº 5017547-61.2021.4.02.5101).

Segundo Cecotto, a publicação da Cosit "acendeu uma luz amarela" para os contribuintes e houve até receio de buscarem o Judiciário e terem respostas negativas. "A Fusão foi mais corajosa e, nesse mandado de segurança, a gente mostrou que a alíquota do fundo não é um tributo à parte e não tem natureza cumulativa. É uma receita transitória e não é do contribuinte, é do Estado", afirma o advogado.

O pedido de liminar foi negado em um primeiro momento, mas foi concedido em segundo grau. Na sentença, dada após a decisão do TRF-2, o juiz Victor Roberto Corrêa de Souza, da 1ª Vara Federal de Macaé, entendeu que não há dúvida "de que esses adicionais possuem a mesma natureza dos **impostos** sobre os quais incidem, já que o constituinte em nenhum momento pretendeu criar nova figura tributária, que, ao final, seria de duvidosa constitucionalidade, tendo em vista a limitada capacidade de Estados e municípios criarem novas contribuições".

Na visão do magistrado, "nem mesmo a destinação vinculada desse adicional é capaz de afastar sua natureza de imposto, já que tributo se determina não pelo seu destino, mas pelo seu fato gerador", como determina o artigo 4º do CTN, o Código Tributário Nacional (processo nº 500264808.2024.4.02.5116).

Também entendeu dessa forma o juiz Ubirajara Teixeira, da 3ª Vara Federal de Juiz de Fora (MG), ao julgar o caso da Rafer, empresa que atua no mercado de ferro e aço. "O adicional FECP desfruta de natureza semelhante ao ICMS, de sorte que a empresa apenas o arrecada e repassa ao Estado, sem incrementar seu faturamento próprio. Do contrário, haveria um acréscimo artificial na receita da empresa, ampliando ilegitimamente as grandezas passíveis de tributação através do PIS/Cofins", afirma ele (processo nº 6005420-78.2024.4.06.3801).

A advogada Adriana Stamato, sócia de tributário do escritório Trench Rossi Watanabe, diz que a solução de consulta "confirmou um receio dos contribuintes". "Não era uma dúvida, mas um receio do que a **Receita Federal** fosse entender", diz. Na visão dela, não se trata de uma tese filhote. "As empresas estão ingressando em juízo para ter um conforto em função da solução de consulta, mas não deveria haver entendimento diferente, como o próprio Judiciário tem colocado nessas decisões", avalia.

Ela discorda do entendimento da **Receita Federal**, que também veda a tomada de crédito de ICMS sobre a parcela destinada aos fundos. "Isso não é verdade. A regra geral é que ele é não cumulativo e dá sim direito a crédito", afirma Adriana. Para a advogada, o mesmo Tema 69 se aplica, pois os valores não fazem parte da receita bruta ou faturamento da empresa.

Procurada pelo Valor, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) não deu retorno até o fechamento da edição.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187985>

BC vê rombo R\$ 40 bi maior que a Fazenda e economistas fazem alerta

**LUIZ GUILHERME GERBELLI SÃO PAULO BIANCA LIMA
BRASÍLIA**

O projeto da desoneração da folha de pagamentos, aprovado pelo Congresso semana passada com o aval do governo, reforçou as divergências entre Banco Central e Ministério da Fazenda sobre o tamanho do rombo fiscal.

Em meio às incertezas com o rumo das contas públicas, especialistas alertam para a perda de transparência e credibilidade em relação ao resultado primário do País (saldo entre receitas e despesas) que serve de parâmetro para a verificação da meta fiscal.

O texto da desoneração, que aguarda a sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), permite que o Tesouro Nacional contabilize como receita primária - ou seja, computada para a meta - os valores esquecidos por pessoas e empresas em contas de instituições financeiras, como bancos, corretoras e cooperativas. São R\$ 8,6 bilhões a mais no cofre do governo, valor que não será considerado pelo BC no seu cálculo de resultado primário. Pelo arcabouço fiscal, porém, a verificação da meta é atribuição do BC.

Tesouro e BC sempre tiveram metodologias distintas para aferir esse resultado. A grande questão é que essa diferença deixou de ser residual e vem se aprofundando. No acumulado em 12 meses até julho, o rombo calculado pelo BC é R\$ 39,7 bilhões maior que o aferido pela Fazenda. Em valores corrigidos pela **inflação**, essa discrepância chega a R\$ 41,1 bilhões - a maior diferença da história, segundo levantamento do economistachefe da Tullett Prebon Brasil, Fernando Montero. Procurado, o Tesouro não se manifestou.

"PROBLEMA GRANDE". Boa parte dessa divergência é explicada pelos R\$ 26 bilhões deixados por trabalhadores nas cotas do PIS/Pasep, que foram incorporados pelo Tesouro em setembro do ano passado.

Na ocasião, o governo contabilizou essa cifra no resultado primário, melhorando o dado fiscal de 2023. Isso ocorreu com o respaldo do Congresso, por meio da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição, aprovada no fim de 2022. Esses valores, no

entanto, não foram computados como receita primária pelo BC, levando a uma diferença expressiva nos números apurados pelos dois órgãos.

A diferença atual de quase R\$ 40 bilhões ainda inclui cerca de R\$ 8 bilhões de ajuste metodológico em relação às compensações aos Estados pela redução do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e discrepâncias estatísticas mensais - que sempre existiram.

"Isso cria um problema grande de apuração (da meta) e de credibilidade sobre o conjunto de regras fiscais que a gente tem", diz Gabriel Barros, economista-chefe da ARX Investimentos e ex-diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI), órgão ligado ao Senado Federal.

Nova divergência Só projeto de desoneração gerou uma receita de R\$ 8,6 bi ao Tesouro que o BC não reconhece

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Reformas estruturais não explicam subestimativas do PIB (Artigo)

Cláudio Adilson Gonzalez Economista e diretor-presidente da MCM Consultores, foi consultor do Banco Mundial, subsecretário do Tesouro Nacional e chefe da Assessoria Econômica do Ministério da Fazenda

De acordo com o dicionário Houaiss, surpresa é um fato inesperado, repentino, não anunciado previamente. Algo que ocorre repetidamente não é surpresa. Assim, as seguidas e expressivas subestimativas do **PIB** brasileiro, desde 2020, não são surpresas, mas sim erros de projeção, de magnitude não observável até 2019. Algo mudou a partir de 2020, e os analistas não estão se dando conta disso.

Muitos atribuem essas "surpresas" à não incorporação, nos modelos de projeção, dos efeitos positivos das reformas aprovadas nos governos **Temer** e Bolsonaro, tais como: teto de gastos; substituição, nos financiamentos do BNDES, da subsidiada Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) pela Taxa de Longo Prazo (TLP), mais próxima aos juros de mercado; reforma da previdência, reforma trabalhista, marco do saneamento e lei de liberdade econômica. No entanto, essa hipótese não encontra sustentação nos dados.

Se tais reformas já tivessem aumentado a capacidade da economia brasileira na produção de bens e serviços (**PIB** potencial), teria havido elevação da taxa de investimento e/ou da produtividade total dos fatores de produção.

Mas não é isso que os dados mostram.

A taxa de investimento mantém-se muito baixa e mal tem conseguido repor a depreciação dos bens de capital. Segundo dados do Ipea, o estoque líquido de capital fixo registrou crescimento acumulado de apenas 1,4% no período 2016-2023, ou seja, ficou praticamente estagnado nos últimos oito anos. Tampouco é possível observar, de forma estatisticamente significativa, aumentos expressivos na produtividade total dos fatores de produção.

Na verdade, a economia vinha operando com ociosidade desde a recessão do período Dilma Rousseff. Segundo minhas estimativas, só no segundo trimestre de 2024, o **PIB** efetivo alcançou o potencial. De forma mais simples: até meados de 2022, a taxa de desemprego persistiu acima de 12%, e até 2019, a utilização da capacidade instalada na indústria ficou

próxima a 75%. E foi só com Roberto Campos Neto, a partir de julho/2019, que a taxa Selic teve reduções expressivas, chegando a 4,5% ao ano, mesmo antes da pandemia.

Assim, a primeira explicação para tais "surpresas" no **PIB** é que a economia brasileira vem crescendo, aproveitando a capacidade ociosa tanto em mão de obra como no estoque de capital.

Mas há outros dois fatores que provocaram expressivos estímulos de demanda para materializar esse crescimento. Entre o segundo trimestre de 2024 e a média de 2019, ocorreram, já descontada a **inflação** pelo deflator do **PIB**: 1) expansão de mais de 20% dos gastos primários do governo geral, principalmente devido a Estados e municípios e 2) crescimento de quase 40% na renda de recursos naturais (agropecuária e extrativa mineral), que se espalhou para outros setores.

A má notícia é que esgotada a capacidade ociosa, não é mais possível manter o crescimento apenas com estímulos de demanda.

Cláudio Adilson Gonzalez, Economista e diretor-presidente da MCM Consultores, foi consultor do Banco Mundial, subsecretário do Tesouro Nacional e chefe da Assessoria Econômica do Ministério da Fazenda

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

TCU pode ter de arbitrar diferença entre déficits de BC e Fazenda

**LUIZ GUILHERME GERBELLI SÃO PAULO BIANCA LIMA
BRASÍLIA**

Mais do que reforçar as incertezas em relação às contas públicas, o que chama a atenção dos analistas é que o Ministério da Fazenda, ao sustentar o seu número de déficit primário, vai na contramão do que diz a lei do arcabouço fiscal, de que o cálculo da meta é de responsabilidade do Banco Central. Isso, na visão dos especialistas, pode trazer o Tribunal de Contas da União (TCU) para o centro do debate, com o objetivo de arbitrar a questão.

"Fica uma dúvida gigante.

Ninguém sabe como vai ser apurado (o resultado primário).

Certamente, o TCU vai ter de entrar na jogada. Criaram um imbróglio jurídico, de como vai ser feita a apuração. O arcabouço diz claramente que o cumprimento é feito pelo dado divulgado pelo BC", afirma Gabriel Barros, da ARX Investimentos.

Questionado pelo Estadão, o TCU informou que ainda não "examinou formalmente" a aprovação do projeto de lei da desoneração, mas ponderou que a questão "poderá ser analisada futuramente, seja por provocação ou por iniciativa do tribunal durante os trabalhos de acompanhamento da gestão fiscal".

O TCU informa, ainda, que se preocupa em garantir não apenas o cumprimento da legislação vigente, "mas também a adoção das boas práticas de contabilidade pública e de estatísticas fiscais, conforme padrões internacionalmente aceitos". E que, caso necessário, adotará os procedimentos para informar a questão ao Congresso Nacional e ao Poder Executivo.

O resultado primário é apurado com base na diferença entre receitas e despesas, sem considerar os juros da dívida pública. Ou seja, é o número que determina se o governo fechou o ano no azul ou no vermelho e se cumpriu ou não a meta estabelecida pela equipe econômica.

NOVOS VALORES. "O (resultado) primário serve para avaliar como está sendo o desempenho da administração pública para conseguir reduzir a sua

dívida a partir da política fiscal, se (ela) está sendo expansionista demais, contracionista demais, se está investindo nos lugares certos", ressalta João Pedro Leme, analista da consultoria Tendências.

Ao longo dos próximos meses, o valor de R\$ 26,6 bilhões originário do Pis/Pasep sairá do montante acumulado em 12 meses, uma vez que foi computado em setembro passado, e a discrepância entre Tesouro e BC, assim, tende a diminuir.

Novos valores, porém, devem voltar a elevar essa diferença, como é o caso dos recursos esquecidos nas instituições financeiras, transferidos contabilmente pelo projeto da desoneração aos cofres do Tesouro.

REDAÇÃO AJUSTA. Às vésperas da aprovação do projeto da desoneração na Câmara, o BC enviou uma nota técnica aos deputados esclarecendo que a incorporação desse montante bilionário no cálculo primário das contas públicas estava "em claro desacordo com sua metodologia estatística".

Pressionados, os parlamentares aprovaram uma nova redação para o texto, que desobriga o BC de computar esse valor.

Mesmo assim, o projeto autoriza o Tesouro a considerar esses valores na conta e ainda vai além: diz que eles serão "considerados para fins de verificação do cumprimento da meta".

"É uma decisão esdrúxula. O BC não vai contabilizar como primário, mas o Tesouro vai e o que contará, para a meta, será o dado do Tesouro. Claramente um gol de mão sem direito a VAR", compara Marcos Mendes, pesquisador do Insper.

Mendes também considera que a medida, em si, é questionável.

"Está tirando recursos privados (esquecidos nas contas bancárias), que têm dono, e transferindo ao Tesouro de uma forma que me parece açodada.

Parece um movimento de quebrar todos os cofrinhos que estão disponíveis para fechar a conta", diz.

BUSCA DA META. A preocupação do governo com o valor computado para fins de cumprimento da meta

fiscal não é uma mera formalidade. Esse número será determinante também para a equipe econômica saber o quanto terá de dinheiro para gastar em 2026, ano de eleição presidencial.

O governo se comprometeu com uma meta de déficit primário zero em 2024 e 2025, e propõe alcançar um superávit de 0,25% do Produto Interno Bruto (**PIB**) em 2026.

Se descumprir esse objetivo, o Planalto será obrigado a acionar uma série de gatilhos de corte de despesas no último ano de mandato do presidente Lula, às vésperas do pleito presidencial.

É essa conta que está sendo feita pelas alas política e econômica do governo, em meio a manobras no Congresso e sob o escrutínio do mercado financeiro.

"É uma decisão esdrúxula. O BC não vai contabilizar como primário, mas o Tesouro vai, e o que contará, para a meta, será o dado do Tesouro.

Claramente um gol de mão sem direito a VAR", Marcos Mendes pesquisador do Insper.

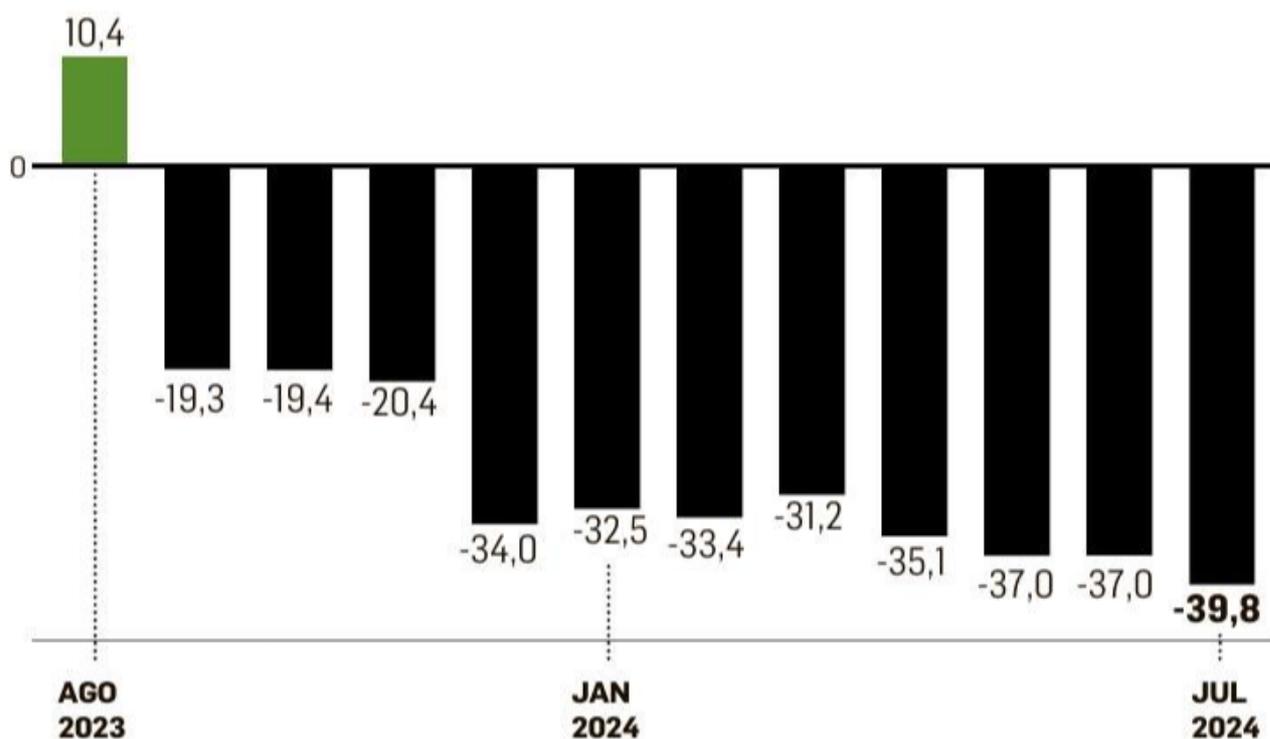
Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

FRAGILIDADE FISCAL

Nos 12 meses acumulados até julho, BC calculou um rombo no resultado primário quase R\$ 40 bilhões maior do que o Tesouro

Diferença do rombo calculado pelo BC e pelo Tesouro

DADOS ACUMULADOS EM 12 MESES, EM BILHÕES DE REAIS



FONTE: TENDÊNCIAS CONSULTORIA / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

"Governo faz uma política fiscal "feijão com arroz"

ALVARO GRIBEL BRASÍLIA

ENTREVISTA: Felipe Salto e Josué Pellegrini, Felipe Salto é o economista-chefe e Josué Pellegrini analista de macroeconomia da Warren Investimentos

A dívida bruta do governo geral subirá 20 pontos percentuais nos próximos dez anos, para 95% do **PIB** até 2033, e o governo será forçado a mudar a meta de resultado primário do ano que vem. Essas são as projeções dos economistas Felipe Salto e Josué Pellegrini, da Warren Investimentos, que classificam a política fiscal do governo Lula como um "feijão com arroz", ou seja, o básico para evitar que o País entre em nova crise.

Segundo eles, há uma opção "política" para o não enfrentamento dos principais problemas das contas públicas, o que apenas adia a implementação de medidas estruturais. Na prática, o governo está trocando um ajuste fiscal menos custoso, agora, por outro, mais difícil, anos à frente. "A dívida pública deverá crescer dos 74,4% do **PIB**, ao término de 2023, para 95% do **PIB**, em 2033, sem que se vislumbre um patamar de estabilidade.

A revisão recente das taxas de juros, em parte ocasionada pela própria situação fiscal, agrava essa trajetória", dizem eles em relatório obtido com exclusividade pelo Estadão.

Salto, economista-chefe da instituição, e Pellegrini, analista de macroeconomia, acham que o governo vai cumprir a meta deste ano, ainda que dentro da margem de tolerância do arcabouço fiscal, ou seja, com um déficit de R\$ 28,8 bilhões.

Mesmo assim, veem isso como pontual, porque baseado em receitas atípicas, que dificilmente se repetirão nos anos seguintes.

Também veem o programa de revisão de gastos como ineficaz, já que não há avaliação das políticas públicas, apenas o enfrentamento de fraudes, o que já seria uma obrigação do governo.

A seguir, os principais trechos da entrevista.

A Warren projeta o cumprimento da meta fiscal este ano, mas sem estabilidade da dívida. Como é essa

dinâmica?

Salto: O governo tem optado pelo ajuste fiscal pelo lado da receita, que tem bastante efeito no curto prazo, com volume grande de arrecadação atípica. A gestão atual optou por fazer o que a gente chama no relatório de política fiscal "feijão com arroz", que é o que está à altura do Ministério da Fazenda fazer.

Mas, do ponto de vista estrutural, para reequilibrar a dívida/ **PIB**, é preciso medidas mais ousadas de controle do gasto.

Pellegrini: As metas não são fáceis de serem cumpridas, mas, ainda assim, não são ambiciosas.

Mesmo que o governo cumpra a meta, a dívida continua subindo, de 74,4% do **PIB**, em 2023, para 95% do **PIB**, em 2033. O superávit primário precisa ser maior do que 1% do **PIB** para estabilizar a dívida.

Vocês dizem que há o déficit para cumprir a meta e o déficit que impacta a dívida.

Qual a diferença?

Pellegrini: Em 2024 e 2025, mesmo cumprindo a meta, o déficit permanece elevado. Por exemplo, em 2024, você cumpre a meta, mas tem déficit de 0,5% do **PIB**, de fato, pelo intervalo inferior da meta, mais os gastos que são excluídos da contabilidade.

Soma R\$ 28,8 bilhões de limite inferior e mais R\$ 28,8 bilhões, que é o previsto para socorro ao Rio Grande do Sul. Então temos R\$ 57,6 bi bilhões de déficit com impacto na dívida. Em 2025, vai acontecer a mesma coisa, você consegue cumprir a meta com um déficit de R\$ 75,1 bilhões, porque tem R\$ 31 bilhões do intervalo inferior da meta e R\$ 44,4 bi de precatórios que foram excluídos da conta. Todos os déficits terão o carimbo do cumprimento da meta, mas eles estão longe de ser um resultado capaz de estabilizar a dívida.

E por que o governo teria de rever a meta de déficit primário zero em 2025?

Salto: O governo não mudou a meta em 2024, mas conseguiu, ao mesmo tempo, um volume grande de receitas. E nós temos de fazer um "mea culpa", porque

de fato a arrecadação está surpreendendo, e também teve a questão da atividade, com o **PIB** acima do esperado.

Para o ano que vem, o governo não vai conseguir repetir esse cardápio de medidas extraordinárias. Então, o nosso cenário é que ele muda a meta.

Porque as medidas que estão na mesa não são suficientes, mesmo que o governo faça contingenciamento. Pelo nosso cenário, ele vai bloquear ou contingenciar R\$ 19,8 bilhões, mas para cumprir a meta teria de fazer R\$ 36,6 bilhões a mais, ou R\$ 56,2 bilhões no total.

Isso levaria a uma paralisia na máquina pública?

Salto: Entendemos que o governo vai arrecadar R\$ 81,2 bilhões a menos do que a projeção oficial em 2025. Então, mesmo com esse esforço de cortar R\$ 19,8 bilhões que projetamos, não seria suficiente para entregar a meta. Aí, o governo iria romper a meta e acionar os gatilhos (de cortes, previstos no arcabouço fiscal). Qual é o mais racional? Não faz sentido ele se comprometer com um corte gigantesco e ainda assim não cumprir a meta. O mais provável é fazer um corte no meio do caminho, como fez este ano, e mudar um pouco a meta do ano que vem.

E quais as consequências para a economia de se ter uma nova alteração da meta?

Pellegrini: Não é bom, não ajuda nas expectativas dos agentes econômicos. O arcabouço está embutindo um déficit alto, de fato, e ainda assim o governo não consegue cumprir.

É muito ruim. Nossa projeção é déficit, de fato, de R\$ 111,6 bilhões em 2025, que será o déficit caso ele faça um corte moderado, para mostrar algum sacrifício, mas contabilizando o que fica de fora da meta e que bate, de fato, na dívida pública.

Podem explicar melhor essa conta?

Salto: São três números importantes.

O governo teria de cortar R\$ 41,7 bilhões, pelo previsto na legislação, mas mesmo assim não chegaria à meta. Para cumprir, teria de cortar R\$ 56,2 bilhões, como explicamos anteriormente.

Isso comprometeria o funcionamento da máquina.

Então o governo está em uma sinuca de bico. Por isso, ele colocou uma arrecadação tão grande, de R\$ 81,2 bilhões acima da nossa projeção, em 2025, no Orçamento enviado ao Congresso.

Vocês falam de uma política fiscal "feijão com arroz", ou seja, apenas o básico para evitar uma crise.

Salto: É "feijão com arroz" porque o ajuste está sendo feito por meio das receitas. O governo tem dificuldade de cortar gastos. E a revisão de gastos é cosmética, não é suficiente, não tem detalhamento, não é revisão para valer. Revisão de gastos é pegar um programa como abono salarial, por exemplo, avaliar se ele surtiu o resultado esperado, e, em cima disso, fazer o corte. Isso é diferente de combate à fraude, que é importante, mas é obrigação.

Revisão de gastos é análise de eficácia, combate à fraude é outra coisa?

Salto: Sim. Revisão tem de pegar o programa, um por um, e fazer análise. Quando avaliar que o programa é ruim, muda.

Pellegrini: As informações do programa de revisão são insuficientes.

É tudo genérico, não tem referência a números e detalhamento.

Não se sabe o que conseguiram este ano.

A partir de 2027, vocês projetam o fim da política de valorização do salário mínimo e de reajustes aos servidores.

Por quê?

Salto: O que a gente precisa mesmo é de um conjunto de medidas estruturais. Se o governo não tomar essas medidas, vai ter de adotar ações rigorosas, como não dar benefícios ou reajustes salariais.

Num próximo governo, sendo o atual presidente reeleito ou não.

O governo está trocando um ajuste fiscal mais barato, agora, por um ajuste fiscal mais caro, à frente?

Pellegrini: Quando você vai postergando, fica mais penoso fazer o ajuste. Como o País fica mais vulnerável, fica mais fácil ele entrar em crise. E depois será obrigado a fazer tudo com pressa, quando poderia estar adotando medidas agora, com mais calma.

Salto: O governo optou pelo ajuste pela receita, acho que várias medidas são até corretas, mas todo mundo sabe que o problema estrutural está do lado da despesa, da rigidez orçamentária, do tamanho das emendas, por exemplo.

"O governo tem dificuldade de cortar gastos. A revisão de gastos é cosmética, não é para valer. Revisão de gastos é pegar um programa como o abono salarial, avaliar se ele surtiu o resultado esperado, e, em cima disso, fazer o corte" Felipe Salto Economista-chefe da Warren

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

As aparências importam - HENRIQUE MEIRELLES

HENRIQUE MEIRELLES

Na reunião que começa amanhã e termina na quarta-feira, o Copom estará diante de um cenário desafiador para tomar uma decisão sobre a taxa básica de juros.

Qualquer que seja o resultado diante dos critérios técnicos, será importante o colegiado demonstrar coerência e se comunicar bem. O momento da sucessão na presidência do Banco Central requer isso, em nome da credibilidade.

Há sinais aparentemente opostos no cenário. Agosto registrou deflação, baseada na queda nos preços dos alimentos. Mas há expectativa de aumentos de preços em setores como o de energia no futuro próximo. A **inflação** deste ano está próxima do limite do intervalo da meta e a dos anos seguintes está fora da meta.

Diante disso, o mercado oscila entre apostas na manutenção da Selic em 10,5% ao ano e em elevações de 0,25 ponto percentual nas próximas reuniões. Os dados que serão expostos na reunião do Copom dirão qual o melhor caminho.

O Copom não precisa tomar uma decisão unânime, pode haver divergências. Precisa, isto sim, demonstrar com clareza no **comunicado** e na ata da reunião, os motivos que embasaram a decisão.

Isso é essencial devido ao processo sucessório. Gabriel Galípolo foi indicado presidente do Banco Central a partir do ano que vem. Será sabatinado e aprovado pelo Senado em outubro, não há dúvidas.

Mas o mercado estará atento a seus posicionamentos como diretor de Política Monetária nas próximas reuniões este ano e no início do ano que vem. A despeito dos esforços, Galípolo terá de provar que será um presidente de BC independente, à altura da lei da autonomia.

Não só terá de tomar decisões técnicas, como terá de demonstrar isso a cada dia.

Quando fui escolhido presidente Banco Central, em 2002, pelo então presidente eleito Lula, mantive conversas com meu antecessor, Armínio Fraga, que colaborou bastante com minha chegada. Sua gestão elevou algumas vezes a Selic, num movimento

necessário naquele contexto.

Como já contei, quando assumi, muitos apostavam que o BC de um governo do PT seria leniente com a **inflação**. Nas duas primeiras reuniões sob meu comando, o Copom elevou os juros de 25% para 25,5% e 26,5% - a despeito de críticas. O mercado compreendeu que o BC seria independente, as expectativas se ancoraram e em janeiro de 2004 a taxa era de 16,5%. Como dizia o economista Allan Wentzel, "a principal qualificação de um presidente de Banco Central é a coragem".

Conto essa e outras histórias em meu livro de memórias "Calma sob pressão", que será lançado no dia 24, às 19h, na Livraria Travessa do shopping Iguatemi, em São Paulo. Será um prazer receber a todos.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Brasil e EUA definem juros com expectativas opostas

A semana será decisiva para os juros em todo o mundo. Autoridades monetárias de Estados Unidos, Japão e Reino Unido vão definir suas novas taxas básicas, assim como o Brasil. Por aqui, a decisão acontece na quarta-feira, quando o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) revisa a Selic. No mesmo dia, o Federal Reserve (Fed, banco central americano) define o novo patamar da taxa básica na maior economia do mundo, com impacto nas demais, inclusive porque influencia a cotação do dólar.

No Brasil, as apostas são de alta da Selic, hoje em 10,5% ao ano, com piora das expectativas de **inflação**, mercado de trabalho aquecido e pressão de indicadores de atividade. Muitas instituições financeiras preveem alta para 10,75%, num ciclo de aperto que só deve terminar em janeiro.

Nos EUA, a dúvida é quanto à magnitude do corte. Em agosto, Jerome Powell, presidente do Fed, decretou que "havia chegado a hora de ajustar" a política monetária, indicando a queda como certa na decisão desta semana.

DÓLAR É BASE DE MERCADO

No fim dos pregões de sexta nos EUA, as apostas estavam, segundo a plataforma FedWatch, equilibradas: 49% dos agentes de mercado previam corte de meio ponto, e 51%, de 0,25 ponto percentual.

- O preço do dólar é mais importante porque olhamos tudo na economia globalizada com relação a ele. E a base de todas as outras moedas e preços do mercado - diz Eduardo Grüber, analista de multi-mercados da AWM, gestora da Warren Investimentos.

Por isso, o corte do juro nos EUA afeta principalmente países emergentes como o Brasil. A taxa de juros americana é capaz de sugar aplicações do mercado financeiro de todo o mundo ao tomar mais atraentes aos investidores os títulos americanos (treasuries), considerados o investimento mais seguro do mundo.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Dino autoriza emissão de crédito fora da meta para combate a incêndios



Flávio Dino: "Não podemos negar o máximo e efetivo socorro a mais da metade do nosso território"

Marcelo Ribeiro e Caetano Tonet De Brasília

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), autorizou neste domingo, 15, que o governo federal emita créditos extraordinários fora da meta fiscal até o fim do ano, exclusivamente para o combate às queimadas que afetam o país.

"Não podemos negar o máximo e efetivo socorro a mais da metade do nosso território, suas respectivas populações e toda a flora e fauna da Amazônia e Pantanal, sob a justificativa de cumprimento de uma regra contábil não constante na Carta Magna, e sim do universo infraconstitucional", avaliou Dino na decisão.

Além disso, o ministro argumenta que as consequências negativas para a responsabilidade fiscal serão muito mais atribuídas à erosão das atividades produtivas vinculadas às áreas afetadas pelas queimadas e pela seca do que pela suspensão da regra fiscal até o fim de 2024.

O magistrado determinou ainda a flexibilização da regra para a manutenção e contratação de brigadistas, dispensando o prazo de três meses exigido pela lei atualmente para a recontração de quadros que já prestaram serviço.

A decisão sugere ainda a necessidade de maior envolvimento da Polícia Federal nas investigações que indicam participação humana na maioria dos incêndios no Pantanal e na Amazônia.

A decisão de Dino ocorre após a consultoria jurídica

do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO) alertá-lo para os riscos que a abertura de créditos extraordinários para o combate às queimadas, fora do limite de gastos do arcabouço fiscal, representaria para o equilíbrio das contas da União.

Os termos do parecer da consultoria da pasta foram incluídos na manifestação a Advocacia Geral da União (AGU) enviada ao ministro para subsidiar a decisão que libera créditos extraordinários dentro do Orçamento de 2024. Na última terça-feira, o magistrado deu um prazo de 48 horas para a AGU se posicionar.

"O impacto sobre indicadores macroeconômicos, como **inflação**, taxa de juros e dívida pública pode ser considerável, especialmente se as despesas extraordinárias forem financiadas via aumento de dívida pública. Recomenda-se, portanto, cautela na edição de créditos extraordinários e a implementação de medidas compensatórias para mitigar os riscos fiscais e macroeconômicos, garantindo a sustentabilidade das contas públicas a médio e longo prazo, argumenta Richard Marinho Cavalcanti, coordenador de Assuntos Orçamentários da Consultoria Jurídica do MPO.

Na peça, o consultor explica que os recursos excepcionais podem obrigar o governo a fazer ajustes fiscais para cumprir a meta prevista no arcabouço.

"Anda que esses créditos estejam excepcionados do limite de despesas da Lei Complementar nº 200/2023, eles continuam a impactar a meta de resultado primário estabelecida na LDO de 2024. Isso implica a necessidade de ajustes fiscais rigorosos por parte do governo para garantir o cumprimento dessa meta, sob pena de deterioração do equilíbrio fiscal e das condições econômicas.

Fogo em Brasília

Um incêndio de grandes proporções atingiu neste domingo o Parque Nacional de Brasília, conhecido também como parque da Água Mineral.

O presidente do ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade), Mauro Pires, afirmou que o incêndio apresenta indícios de ser criminoso.

Segundo ele, o fogo iniciou-se próximo à Granja do Torto e rapidamente se alastrou para dentro do parque por causa do clima quente e seco.

Ninguém havia sido preso até a noite de domingo. "A causa do incêndio é sem dúvida criminosa. Começou na divisa da Granja do Torto e adentrou ao parque", afirmou Pires.

O combate às chamas conta com a ação do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal e brigadistas do ICMBio. No início da noite, por volta das 18h, as equipes ainda permaneciam no local. O parque é uma unidade de conservação importante para a proteção dos rios que abastecem a região.

Até a tarde deste domingo, o Brasil ainda possuía 6.251 focos de incêndio ativos, segundo dados do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais). O Pará era o Estado com mais queimadas, 1.765 focos. Em segundo lugar, o Mato Grosso, com 1.150, seguido por Tocantins (637).

São Paulo ainda registrava na tarde de domingo ao menos 12 cidades com focos ativos de incêndio, segundo a Defesa Civil estadual, após operação do governo do Estado no sábado (14), que contou com 20 aeronaves, com 100% do efetivo, no enfrentamento de focos em 13 municípios.

De janeiro até sábado, o Brasil registrou 182.568 focos de incêndio. Quase o triplo do número registrado pela Bolívia, que surge em segundo lugar no ranking do Inpe, com 64.091 focos. A Venezuela aparece em terceiro lugar, com 39 mil focos; e a Argentina aparece na sequência, com 22.130 focos de incêndio. (Com Folhapress)

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187985?page=22§ion=1>

Juro tem efeito heterogêneo sobre inflação, diz estudo



"Eficácia da política monetária será maior ou menor de acordo com o grupo"
Rafael Ribeiro

Lucianne Carneiro Do Rio

As mudanças na taxa básica de juros pelo Banco Central provocam efeitos diferenciados entre as classes de despesas ao longo do tempo. Setores como alimentação e bebidas e vestuário são mais sensíveis à variação, com redução significativa da **inflação** quando a Selic sobe. Por outro lado, habitação e comunicação apresentam pouca ou nenhuma resposta às oscilações de juro. mostra estudo de pesquisadores do Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades da Universidade de São Paulo (Made/FEA-USP).

Com o título de "O impacto desigual da taxa Selic nos preços da economia brasileira", o trabalho, antecipado ao Valor, defende que a heterogeneidade das respostas da **inflação** é importante para avaliar a eficácia da política monetária. O impacto dos juros, argumenta, depende da origem da pressão inflacionária em cada momento. Sem fazer recomendações de políticas, os autores pontuam que essa diversidade deveria ser levada em consideração na definição da meta da **inflação**.

"Pelo histórico, avaliamos a sensibilidade dos preços a um choque de juro. Alguns grupos são mais sensíveis ao aumento do juro, outros, menos", afirma o professor do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas

(Cedeplar/UFMG) e pesquisador do Made/USP Rafael Ribeiro, que assina o estudo ao lado de Gilberto Tadeu Lima, Gustavo Pereira Serra e Marina Sanches.

"A eficácia da política monetária será maior ou menor de acordo com o grupo e com o que mais pressiona a **inflação** naquele período", completa Ribeiro.

O estudo usa como base o comportamento dos preços, entre 2007 e 2023, nas nove classes de despesas do IPCA (como alimentação e bebidas; vestuário; transportes; e saúde e cuidados pessoais; por exemplo. A partir daí, calcula o efeito nos preços, em um horizonte de 24 meses, de um aumento de um ponto percentual da Selic.

Essa variação da taxa de juros, segundo os autores, é associada a um recuo de 0,02 ponto percentual na **inflação** agregada (cheia) 24 meses depois. Em alimentação e bebidas, há redução de 0,05 ponto percentual após o aumento da Selic, considerando o mesmo período. O mesmo impacto é observado nos preços de vestuário.

Na outra ponta, preços de habitação e comunicação são classificados como sem impacto significativo em até dois anos. No caso de despesas pessoais e educação, a leitura é de efeitos mistos com efeitos positivos e negativos.

"Os efeitos são heterogêneos entre os grupos, dentro de cada grupo e de cada subgrupo. Não é inesperado que se tenha encontrado esses resultados. Porém, são importantes porque qualificam a efetividade da política monetária do ponto de vista dos seus impactos diferentes em termos setoriais", diz o professor da FEA/USP Gilberto Tadeu Lima.

No texto, os autores falam sobre o risco que o Banco Central incorre "de aumentar o custo social da política monetária, com reflexo em emprego e renda", sem obter o controle desejado.

Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV/EESP), Marcelo Kfoury Muinhos diz que o estudo aponta evidências do impacto diferenciado para as classes de despesas do IPCA, ainda que seja um resultado esperado.

Na sua avaliação, no entanto, isso não justificaria uma

mudança na condução da política monetária. "Isso não muda a estratégia. Não acho que dê para separar quando se fala em efeito desagregado. Se tem choque de oferta, tem o "trade off" entre gerar recessão e diminuir inflação.

De todo jeito, vai ter que escolher", afirma. Por outro lado, Muinhos concorda que o efeito heterogêneo deveria ser levado em consideração na definição da meta de inflação.

"O Banco Central considera os efeitos desagregados, mas poderia ter avaliação mais abrangente. O estudo ajudar para se reconsiderar a definição da meta", defende Ribeiro.

A inclusão dos anos de pandemia no período analisado pelos autores pode trazer ruídos para os resultados apresentados, na análise de um especialista do mercado financeiro com doutorado em economia e que preferiu não se identificar. "A época da pandemia foi atípica, uma bagunça de preços relativos. Tem um risco analisar olhando para esse período", diz.

De acordo com o economista, o estudo trata da taxa de sacrifício, que é "o quanto se paga em termos de **PIB** [Produto Interno Bruto] para atingir a meta de inflação". "Para isso, no entanto, seria relevante ter uma conta de bem-estar, que calculasse a perda de bem-estar [da população] de acordo com cada estratégia [de juros]", nota.

Sobre a inclusão dos anos da pandemia no cálculo, Rafael Ribeiro argumenta que foram usados os dados mais recentes. Além disso, o período da pandemia é curto para a extensão da série histórica. "As projeções estão comportadas, não é um movimento errático", diz.

"Eficácia da política monetária será maior ou menor de acordo com o grupo" Rafael Ribeiro

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187985?page=22§ion=1>

Economia deve seguir em expansão no 3º tri



Sérgio Vale: "A fonte real, o puxador disso [do consumo], certamente segue sendo a política fiscal"

Marta Watanabe e Anais Fernandes De São Paulo

Com ponto de partida alto, a economia deve crescer no terceiro trimestre de 2024, ainda que em ritmo menor do que o observado no período imediatamente anterior. E desaceleração pode até não ser tão forte assim, estimam alguns analistas. A avaliação baseia-se em dados considerados surpreendentes do comércio e de serviços em julho, indicando demanda alta no início do trimestre, sustentada por mercado de trabalho aquecido e estímulos fiscais ainda atuantes. Até o fim do ano, a taxa de poupança das famílias elevada também pode ajudar, mas a **inflação** e o aperto nos juros preocupam. De qualquer forma, a incerteza a respeito da atividade, agora, ficou maior para o quarto trimestre.

Divulgado na sexta-feira, 13, o índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) caiu 0,4% em julho na variação mensal, com ajuste sazonal. A queda, já esperada nessa magnitude, não assustou economistas, e o cenário permanece de crescimento para o terceiro trimestre, com contribuição importante para a alta do **PIB** no ano, em estimativas ao redor de 3%.

Os monitores em tempo real para atividade da XP e da Kínitro Capital indicam alta de 0,6% do **PIB** no terceiro trimestre, ante o segundo, quando o **PIB** surpreendeu e subiu 1,4%. O monitor da G5 Partners aponta crescimento até maior no terceiro trimestre, de 1%. A Kínitro projeta avanço de 3% para o **PIB** em 2024, a XP, de 3,1%, e a G5, de 2,7%, com viés de alta.

O UBS BB, por outro lado, espera um crescimento menor para o **PIB** do terceiro trimestre, de 0,4% ante o

segundo, diante, por exemplo, de um desempenho mais fraco da economia global, o que afeta os preços de commodities. Além disso, outros fatores, como o enfraquecimento no pagamento de precatórios, podem desacelerar o consumo das famílias nos próximos meses, diz em relatório.

Em relação ao IBC-Br de julho, Vinícius Moreira e Cassiana Fernandez, do J.P. Morgan, destacam que o indicador acelerou para 5,4% na média móvel de três meses anualizada e dessazonalizada, o ritmo mais forte desde março, apontam. A métrica é uma forma de suavizar movimentos mensais, mas ainda captar a tendência "na ponta" de modo mais dinâmico do que a variação em 12 meses. "Atividade desacelera, mas de ponto de partida alto", dizem em relatório.

Para Sérgio Vale, economista-chefe da MB Associados, a redução na série mensal do IBC-Br pode ter sido afetada pelo comportamento da indústria e da agropecuária, mas não preocupa porque o IBC-Br é um indicador que oscila muito, está sujeito a critérios de dessazonalização e não indicou mudança de tendência.

Nas pesquisas do IBGE, o volume de serviços subiu 1,2% na passagem de junho para julho, ante expectativa mediana de estabilidade. Além disso, o varejo cresceu 0,6% no conceito restrito e 0,1% no ampliado (inclui veículos, material de construção e atacarejo), ante expectativas de alta de 0,5% e de queda de 0,4%, pela ordem. Por outro lado, a produção industrial caiu mais do que o esperado em julho: 1,4%, ante expectativa de 0,8%.

"Mas o interessante é que, na variação de julho contra mesmo mês de 2023, o IBC-Br veio forte, com alta de 5,3%", afirma Vale. Isso, diz, reforça que o terceiro trimestre será "relativamente bom". "Deve vir num padrão de crescimento, talvez, próximo do que aconteceu no segundo trimestre, considerando a variação em relação a igual período do ano anterior."

A projeção da consultoria para o crescimento do **PIB** no período de julho a setembro ante momento equivalente de 2023 é de 3,3%, o mesmo número observado, por esse critério, no segundo trimestre. Para o **PIB** de 2024, a estimativa é de alta de 2,8%.

O IBC-Br mostra desempenho um pouco mais fraco em julho, mas indicadores para agosto de desemprego, de PMI [índices de Gerentes de Compra, na sigla em inglês] e de confiança, no geral, sinalizam

que há espaço para nova alta do **PIB** no terceiro trimestre, embora desacelerando, diz Nicolas Borsoi, economista-chefe da Nova Futura Investimentos. "É possível que a perda em julho mostrada pelo IBC-Br tenha sido um fator mais temporário", afirma.

Cláudio Considera, coordenador de contas nacionais do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre), lembra que a contração mensal do IBC-Br em julho veio com base de comparação alta, já que em junho o indicador subiu 1,36% ante o mês anterior, com ajuste sazonal.

Segundo Considera, indicador levantado internamente pelo FGV Ibre com metodologia semelhante à do IBC-Br mostra alta de 0,2% em julho, ante junho, na série dessazonalizada. Também mostra que todos os setores de atividade tiveram alta no mês, na comparação a período equivalente do ano passado. Assim, Considera antevê que o **PIB** deve crescer no terceiro trimestre, ainda que de forma desacelerada.

Por trás da expectativa de crescimento do terceiro trimestre, diz Vale, da MB, está a manutenção da expansão do mercado de trabalho, o que ajuda o consumo. "Mas a fonte real, o puxador disso, certamente segue sendo a política fiscal. Vemos isso nos dados de varejo. Onde ele cresce mais no país, hoje, é no Nordeste, região que sente maior impacto das transferências do governo."

Estudo dos economistas Mayara Santiago e Marcos Muniz, do Bradesco, mostra que os componentes cíclicos do **PIB** têm puxado a economia. Do crescimento total de 2,5% acumulado em quatro trimestres até junho deste ano, dizem, 1,3 ponto percentual foi do "**PIB** cíclico", que inclui atividades mais associadas à condução da política monetária, como indústria de transformação, construção civil, comércio, transportes, intermediação financeira, entre outros.

Para Vale, a maior incerteza está em relação ao fim do ano. "O quarto trimestre deverá ter muita coisa que pode desacelerar um pouco a economia", diz, citando o começo do efeito da alta da Selic, esperada para iniciar na próxima semana, e o cenário eleitoral "complicado" nos Estados Unidos. "Nada muito dramático [de desaceleração]", pondera.

Santiago e Muniz têm a avaliação de que o consumo das famílias ainda pode ser sustentado pela poupança, que o Bradesco estima estar em 9,3% do **PIB**, um ponto percentual acima da média histórica. "Esse é um colchão que pode contra-balancear os efeitos de uma menor expansão fiscal e o menor ritmo de crescimento da ocupação no segundo semestre do ano", afirmam.

Fernando Montero, economista-chefe da Tullet Prebon, pondera que a "chave" da renda das famílias como propulsor da atividade "iniciou a inflexão", o que, segundo ele, deverá acentuar-se.

Ele nota que, de acordo com dados do BC, a Renda Nacional Disponível Bruta das Famílias (RNDBF) restrita, deflacionada e ajustada por sazonalidade, cedeu 0,6% no trimestre móvel encerrado em julho. A RNDBF restrita considera a remuneração do trabalho, benefícios previdenciários e transferências de programas sociais. "É sua segunda queda na margem, sobre série também novamente rebaixada", diz Montero.

"Perda em julho do IBCBr pode ser fator mais temporário" Nicolas Borsoi

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187985?page=22§ion=1>

Taxa de juros e sua influência no cotidiano (Artigo)



Por Roberto Teixeira da Costa

Roberto Teixeira da Costa foi o primeiro presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e é conselheiro emérito e fundador do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri).

A questão dos juros sempre teve forte impacto no campo econômico-financeiro, com desdobramentos também no cenário político-institucional do país. Em paralelo, com a taxa de câmbio, exerce papel importante em diferentes setores afetando o comportamento da economia.

Como taxas de juros impactam a economia?

Sua fixação exerce inquestionavelmente influência determinante na transferência de recursos dos setores produtivos para o segmento financeiro e tem como consequência influenciar o ritmo de crescimento da economia. A maximização do ganho financeiro acontece em detrimento do setor industrial, afetando assim seu desempenho. Aplicações financeiras vêm aumentando progressivamente sua fatia na poupança nacional, através de títulos de dívida das mais diferentes modalidades. Até o momento, 2024 foi o ano recorde de crédito privado colocado no mercado.

Juros elevados, comparativamente à **inflação** estimada, inviabilizam projetos cuja rentabilidade perde atratividade em sua taxa de retorno.

Para que se tenha uma compreensão desse quadro, basta dizer que desde 2019 o lançamento de ações,

conhecido no jargão do mercado como IPO's (Initial Public Offering) praticamente secou, enquanto o mercado de capitais vem registrando recordes anuais com uma gama de produtos financeiros e com oferta de ações estacionadas. Para confirmar a regra, a exceção foi a recente privatização da Sabesp (Cia. de Saneamento Básico do Estado de São Paulo) que teve uma parcela oferecida ao mercado.

Nossas taxas de juros, bem distantes dos padrões mundiais de países que conosco concorrem, inviabilizam economicamente projetos cuja rentabilidade é afetada pelo nosso custo de capital.

Projetos inviabilizados têm impacto na política industrial e na produtividade. Os mais sensíveis seriam projetos na área de infraestrutura onde nossas necessidades são notórias.

Nesse quadro se insere também a dívida pública que tem seus custos ampliados, pois o Estado, grande tomador de recursos, é obrigado a pagar taxas de mercado para poder ter acesso a esses recursos para financiar a dívida, que ao final é paga pela sociedade.

Ano após ano, as críticas se sucedem sobre a forma que o Estado disponibiliza esses recursos. O governo é reconhecido gastador e dá indicações que precisa de recursos adicionais para cumprir suas metas de compromisso com a diminuição da pobreza, onde é flagrante a desigualdade de renda que vem castigando nosso país há décadas.

Formam-se assim duas vertentes para aqueles que lutam pelo equilíbrio fiscal e os que defendem que necessariamente os gastos, se bem aplicados, e principalmente bem investidos, ampliam renda e, portanto, mitigam o possível aspecto fiscal.

O economista André Lara Resende tem contestado o sistema atual. Segundo ele, "trata-se de um equívoco comum, apoiado na teoria tradicional, baseada num mercado financeiro ilíquido. Hoje o mercado de títulos públicos em moeda fiduciária nacional é extremamente líquido e a taxa básica de juros é instrumento do BC. É a taxa básica que determina toda a estrutura de juros no país e está sob controle efetivo do BC. A necessidade de financiamento do Estado é um fator secundário, que só se torna relevante quando é incompatível com a profundidade do mercado

financeiro - nacional para países que não têm moeda reserva, como é o nosso caso. Estamos muito longe disso".

O que vem sendo questionado é se o déficit fiscal do governo se deve principalmente a compromissos constitucionais, faltando recursos para investimentos.

A falta desses investimentos implica o rebaixamento permanente do nível máximo potencial de renda futura, afetando nosso parque industrial e, conseqüentemente, a perda de produtividade. Temos ainda nesse cenário futuro impactos da Inteligência Artificial (IA), que certamente afetarão decisivamente nossa concorrência em diferentes setores.

Nos últimos meses esse assunto tem sido colocado em pauta e temos que correr atrás do tempo perdido, pois podemos e devemos fazer um esforço para não perdermos nossa vantagem comparativa e competitiva em diferentes setores da economia.

A conclusão é óbvia: sem que o país retome seus investimentos liderados pelo setor privado, continuaremos marcando passo e não nos modernizaremos para sermos mundialmente competitivos.

O aumento da taxa de juros atual defendida pelos "fiscalistas" no cenário atual precisa ser repensado, pois desestimula a retomada da economia e geração de emprego e renda. O diferencial existente entre a taxa atual e a taxa primária de juros superior a 4% parece mais do que suficiente para os rentistas.

A indicação de Gabriel Galípolo para a Presidência do Banco Central recebe pressões dos incansáveis defensores do aumento de juros. Parece-me ser uma cobrança indevida e certamente existem outros fatores a serem considerados. Não devemos fazer julgamentos precipitados.

Será que não devemos levar em consideração outros fatores além da taxa de juros, como uma maior parcimônia nos gastos?

Ainda sobre os "fiscalistas" que defendem e apregoam o aumento dos juros, ressalto que a fixação dos juros, em sua maioria, está ligada a instituições financeiras de diferentes portes que são operadores no mercado e, portanto, tem interesses constituídos.

Durante os últimos 23 anos, tive o privilégio de presidir a Câmara de Arbitragem do Mercado, ligado à B3, e dentre as diversas constatações ligadas aos procedimentos em que o presidente teve que intervir, a necessidade de total isenção e neutralidade dos árbitros. Também durante o início da Comissão de

Valores Mobiliários, como seu presidente, pude verificar em seus primeiros processos, a dificuldade de despir-se que qualquer preconceito ou pré-julgamento.

Se em um julgamento é difícil estar totalmente isento, quando um analista financeiro ou gestor de portfólio faz uma apreciação é quase impossível não ter uma ideia formada.

Aumentar a taxa de juros nas circunstâncias atuais tem um forte impacto na decisão do investimento, pois os juros aumentados emitem sinais negativos para os investidores do mercado e da economia.

É como se viesse o Conselho Monetário e alegasse "Não invista que vem aumento de juros pela frente".

Assim, quando a economia se levanta é dá sinais que estamos em rota de crescimento o aumento de juros atua como um freio para esse desenvolvimento.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187985?page=22§ion=1>

Eleições - APOSENTADOS

EMÍDIO REBELO FILHO

No próximo mês de outubro, por meio do voto, escolheremos os prefeitos e os vereadores das capitais e municípios. É a oportunidade que cidadãos e cidadãos brasileiros, eleitores, possuem para colocar nesses cargos, pessoas capacitadas para o exercício da função de gestor municipal e representantes nas câmaras dos vereadores. As pessoas idosas, com 70 anos ou mais, estão liberadas de comparecer às urnas, no entanto, pelo significado do evento e pela participação efetiva da pessoa idosa na sociedade e a incontestável experiência que é portadora, conclama-se ao exercício do voto, colaborando, decisivamente, para que tenhamos na gestão administrativa pública os melhores candidatos e que estes possam retribuir com eficiência a confiança do eleitor.

LEIS

Aposentados, pensionistas e, principalmente as pessoas idosas, estão na expectativa de que o candidato eleito para gestor da capital paraense, na próxima eleição, se comprometa ao cumprimento das duas leis municipais, sancionadas no ano de 2004, precisamente a Lei nº 8.357, de 5 de agosto de 2004, que trata sobre Política Municipal da Pessoa Idosa, e a Lei nº 8.368, de 13 de outubro de 2004 que institui, no âmbito do Município de Belém, campanha permanente de respeito aos direitos e interesses da pessoa idosa, no que se refere à utilização dos transportes coletivos e da educação no trânsito.

São leis próprias, fundamentais e de reconhecimento às pessoas idosas se, efetivamente, cumpridas.

REFORMA

"Cabe uma nova Reforma da Previdência no Brasil? A resposta é não". Declaração da ministra do Planejamento, Simone Tebet, publicada no jornal O Liberal, Repórter 70, de 6 de setembro deste ano. Concordamos plenamente com a ministra.

O Sistema Previdenciário Brasileiro está definido na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. A **Previdência Social** é parte da **Seguridade Social**, formando o tripé com saúde e assistência social.

Como já dissemos anteriormente, a reforma não é para ser feita no Sistema e sim na gestão administrativa do Instituto Nacional do Seguro Social

(**INSS**), corrigindo-se as deficiências que apresenta o órgão encarregado da concessão de benefícios.

CONVICÇÃO

Aposentados e pensionistas têm a convicção de que a **Seguridade Social**, cumpridas as determinações da Constituição Cidadã, no que se refere a recursos financeiros, aplicando-se estes somente em saúde, assistência social e **previdência social**, favorecerá plenamente todos os que dela necessitarem. Os governantes deverão reconhecer que a arrecadação de recursos financeiros para a **Seguridade Social** é exclusiva e não podem nem devem ser desviados para ocorrer, cobrir despesas de outras áreas. Repetimos: são exclusivos para custear os gastos com saúde, assistência social e **previdência social**. Desviá-los para outros fins, entende-se como ato inconstitucional.

ESTATUTO

O Estatuto da Pessoa Idosa estará completando 21 anos dia 1º de outubro. Antes do Estatuto, fomos contemplados com a Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994 - Política Nacional da Pessoa Idosa.

Ambas instituídas para defender e proteger a pessoa idosa em seus direitos fundamentais.

Seus dispositivos são muito bem definidos e claros e, se aplicados como determinado, no dia em que faz aniversário o Estatuto, os festejos seriam intermináveis de alegria. A expectativa e o desejo das pessoas idosas é a conscientização de todos para esse fato, principalmente os nossos representantes na Câmara Federal, os deputados federais, quitando uma dívida de 16 anos aprovando o PL-4434/2008, que regulariza a situação dos aposentados e pensionistas.

VACINAÇÃO

Não vacile, vacine-se já! A vacinação para proteger-nos da gripe influenza começou no dia 2 de setembro e vai até o dia 26 de outubro. Vamos combater o vírus transmissor, protegendo a nossa saúde e vida.

Não podemos facilitar com a doença, que é muito perigosa.

Aceite e cumpra com rigor as recomendações emanadas das autoridades do comando do Ministério da Saúde. Procure o posto de saúde mais próximo de

sua residência e fique protegido da gripe influenza.

AMOR

"O amor é a única resposta sadia e satisfatória para o problema da existência humana"

Site: <https://www.assinante.oliberal.com/jornaldigital>